

EDITORIAL

Alini da Silva

Doutora em Ciências Contábeis pela Fundação
Universidade Regional de Blumenau (FURB), Brasil.
Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de
Janeiro e Editora chefe da Revista Sociedade,
Contabilidade e Gestão.

A Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão (SCG), editada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lança a edição, v. 20. n. 1 (2025). Convidamos a acessar os artigos publicados:

O Artigo “INFLUÊNCIA DE PLANOS DE PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES NA AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS FINANCEIRAS LISTADAS NA B3” de autoria de Zhara Helou Ribeiro de Castilho e Lúcio de Souza Machado colabora para o desenvolvimento de literatura mais robusta sobre agressividade tributária em instituições financeiras e bancos, considerando a relevância da carga tributária nominal dessas instituições no país.

Camila da Silva Gonçalves Werner, Iago Ribeiro Bitencourt, Luiz Henrique Figueira Markezan e Rosimeire Pimentel Gonzaga no trabalho com o título “POR QUE NÃO DEU CERTO? FATORES QUE LEVARAM À DESCONTINUIDADE DO PROCESSO DE GESTÃO DE CUSTOS INTERORGANIZACIONAIS EM UMA REDE DE LOJAS DE ARTESANATO” contribuíram empiricamente ao abordar como a Teoria Institucional pode explicar as redes interorganizacionais, e a busca por legitimidade organizacional na participação em redes, em especial aquelas formadas por micro e pequenas empresas.

O trabalho “SISTEMA DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO HABILITANTE: EFEITOS NA JUSTIÇA, NA MOTIVAÇÃO E NO DESEMPENHO GERENCIAL” de Rubia Frehner Poffo e Micheli Aparecida Lunardi expande a literatura envolvendo a teoria da autodeterminação, destacando que o sentimento de justiça no ambiente organizacional corrobora para que os gestores se sintam mais motivados.

Alann Inaldo Silva de Sá Bartoluzzio, Levy Ruanderson Ferreira da Silva e Camila Souza da Silveira no trabalho “DA ABSTRAÇÃO À OBJETIVAÇÃO: O PAPEL DA CONTABILIDADE NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA SOBRE AS EMENDAS DE RELATOR-GERAL (RP9)” por meio da produção de uma análise temática da trajetória histórica do RP9, demonstraram como a linguagem contábil tem a capacidade de estruturar múltiplas ações em amplas arenas interrelacionais, gerando contestações sobre as participações relativas no orçamento público da União.

O trabalho “A DIVERSIDADE DE GÊNERO NAS PRÁTICAS DIVULGADAS EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS LISTADAS NO ISE DA B3 É EVIDENTE?”, de autoria de Fernanda Larrúbia Marques, Claudio Luiz de Oliveira Costa e Paulo Vitor Jordão da Gama Silva, observaram compromissos diversos nas práticas de igualdade de gênero em empresas de Energia, Saneamento e Financeiro.

Paulo Guido de Novaes Camargos Júnior e Ricardo Rocha de Azevedo no trabalho “EFEITOS DA DIVULGAÇÃO DE RANKINGS E INDICADORES NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS MUNICÍPIOS” demonstraram aos coordenadores de rankings como a definição de métricas que ilustram melhor a realidade dos ranqueados pode gerar uma percepção dos stakeholders da relevância das métricas definidas.

A pesquisa “DIVULGAÇÃO DOS ELEMENTOS DE CONTEÚDO DO RELATO INTEGRADO E SUA RELAÇÃO COM O PERFIL ECONÔMICO EM COMPANHIAS LISTADAS NA B3” de autoria de Geovanna Silva Nunes, Denise Mendes da Silva e Márcio Viana Rolim observou que empresas maiores tendem a apresentar maior grau de divulgação dos elementos de conteúdo do RI, enquanto empresas de setores regulados tendem a apresentar menor grau de divulgação.

Diana Vaz de Lima, André Feliciano Lino, Johnatan Brito de Oliveira e Warlem Luiz Miranda no trabalho “ADERÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS DE COLETA DE DADOS E SEUS EFEITOS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS” constaram que a larga utilização do uso de contas de co-relacionamento (De/Para) pode comprometer a qualidade da informação contábil fornecida pelos governos locais e aumentar a discricionariedade dos TCs na interpretação de normas fiscais e contábeis.

Desejamos a todos uma boa leitura e até a próxima edição!

Alini da Silva
Editora-Chefe